



## 17 de Outubro de 2007

### Orientações Políticas

**NOTA:** As orientações políticas abaixo se baseiam nas posições acordadas por consenso durante as reuniões globais de Beirute (Fev. 2006), Bruxelas (Nov. 2006) e Montevideu (Maio 2007), mas as coalizões nacionais estão livres para definir e incluir suas próprias prioridades, de acordo com suas realidades locais e seus contextos.

#### **Objetivos de Mudanças em Políticas Públicas:**

##### **O Fim da Pobreza e da Desigualdade**

Dar um fim à pobreza e à desigualdade não implica apenas erradicar a pobreza, mas também mudar as políticas que geram desequilíbrios globais, e derrubar a suposição de que o crescimento econômico, por si só, é suficiente para reduzir a pobreza e as desigualdades.

##### **Demandas centrais (detalhes abaixo):**

- Prestação pública de contas, governança justa e realização dos direitos humanos;
- Justiça comercial;
- Um aumento substancial na quantidade e na qualidade do auxílio e do financiamento ao desenvolvimento;
- Cancelamento de dívidas;

##### **Igualdade de Gênero**

Os direitos das mulheres e a igualdade de gênero são questões centrais para a erradicação da pobreza e a formulação de políticas, leis e planos locais. Os governos precisam, por um lado, assegurar a igualdade e a justiça social, dando um fim a todas as formas de violência contra as mulheres; e, por outro, garantir os direitos das mulheres, incluindo a sua participação política e o seu acesso aos recursos.

**ODMs:** Os governos precisam assumir o compromisso de alcançar e superar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio por meio de planos nacionais baseados nos ODMs, e com a adoção de políticas em favor dos pobres. Devem-se envidar esforços nacionais e sustentáveis pela eliminação da pobreza e pela realização dos ODMs; esses

esforços devem ser desenvolvidos e implementados de modo democrático, transparente e com prestação de contas. Os governos nacionais devem garantir seus compromissos de alcançar os Objetivos com uma maior alocação de recursos para educação primária, saúde básica, saúde materna e infantil, água limpa e saneamento básico para todos. Os governos nacionais precisam reconhecer que a realização dos ODMs é um passo crucial rumo à meta do fim da pobreza.

### **Direitos Humanos**

Demandamos que a igualdade de gênero e os direitos das mulheres sejam reconhecidos como questões centrais na erradicação da pobreza. A garantia dos direitos humanos para todas as minorias é reconhecida como um elemento fundamental à realização desses objetivos.

### **Mudança Climática**

Todos os governos devem assegurar o direito das pessoas que vivem na pobreza, incluindo os povos indígenas, aos recursos naturais e à energia. Os países ricos precisam reduzir drasticamente suas emissões de gases estufa e prover financiamento adicional (além dos 0,7 por cento já prometidos) no apoio aos países em desenvolvimento, para que estes possam se adaptar aos efeitos da mudança climática. É necessário o comprometimento internacional para garantir que uma atitude genuína seja tomada a respeito da mudança climática. Esse comprometimento deve se pautar pelos seguintes princípios: que os poluidores paguem por seus abusos em relação ao clima e ao meio-ambiente; que a soberania alimentar e o direito ao alimento sejam realizados; que a produção de biocombustíveis não prejudique a produção de comida em terras aráveis ou cause a destruição de florestas; que haja financiamento e acesso livre e gratuito a tecnologias capazes de mitigar as emissões de gases de efeito estufa; e que o ser humano seja valorizado além do lucro (Declaração GCAP de Montevideú, maio de 2007).

## **AS PRINCIPAIS DEMANDAS GCAP EM DETALHE**

### **Prestação pública de contas, governança justa e realização dos direitos humanos**

Todos os governos e todas as instituições multilaterais devem prestar contas publicamente aos seus povos e ser transparentes no uso de recursos públicos. Devem também:

- Assegurar serviços públicos de qualidade para todos (saúde e educação, incluindo a alfabetização de adultos, água e esgoto, entre outros) e suspender a privatização onde ela estiver a causar privações e pobreza.
- Enfatizar, em suas políticas, a dimensão preventiva da saúde, a saúde reprodutiva, e combater a pandemia de HIV/AIDS e as demais doenças relacionadas à pobreza.
- Garantir a igualdade de gênero e a justiça social, e impedir todas as formas de violência contra as mulheres, assegurando os direitos das mulheres, inclusive sua participação política e seu acesso aos recursos.

- Promover mecanismos redistributivos que assegurem a equidade, tais como a reforma agrária, a taxaço progressiva e as estratégias de redução da pobreza.
- Implementar políticas que assegurem emprego pleno e produtivo, com atenção especial ao emprego dos jovens.
- Apoiar totalmente as estratégias de construção da paz e prevenção de conflitos, assegurando que os programas de reconstrução pós-conflitos garantam a justiça social e econômica, a erradicação da pobreza e a prestação pública de contas.

**Todos os governos devem reconhecer o papel exercido pela sociedade civil no processo de desenvolvimento. Devem também:**

- Envolver ativamente a sociedade civil, incluindo as pessoas que vivem na pobreza, as mulheres, povos indígenas, minorias, crianças, jovens, pessoas com necessidades especiais, trabalhadores, dalits, sem-terra, pessoas afetadas por conflitos, ocupações ou desastres, e pessoas com HIV/AIDS, entre outras, na formulação, processo decisório e implementação de prioridades de desenvolvimento, políticas e planos, internacionais e nacionais.
- Garantir o direito à informação e apoiar a liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa e o direito de livre-associação.
- Assegurar a participação da sociedade civil no processo orçamentário.
- Assegurar a participação dos jovens não apenas como alvos, mas também como parceiros no desenvolvimento e na tomada de suas decisões.

**Todas as instituições multilaterais devem prestar contas e ter total transparência no uso dos recursos públicos. Sua governança deve ser reformada**

*"A GCAP faz um apelo pelo estabelecimento de uma ordem mundial justa na qual as Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, FMI e OMC) possam operar sob os amplos princípios estabelecidos em meio ao compromisso da ONU e às obrigações de direitos humanos, de modo a melhor regular a economia mundial (Declaração de Beirute, março de 2006).*

*"As regras comerciais internacionais e as políticas comerciais nacionais devem apoiar modos de vida sustentáveis, promover os direitos das mulheres, das crianças e dos povos indígenas, e propiciar a erradicação da pobreza" (Declaração de Montevideu, maio de 2007).*

**Sim à Justiça comercial; não ao livre-comércio**

Os países em desenvolvimento têm o direito de determinar suas próprias políticas comerciais em nome da melhoria da vida dos seus povos. Defendemos:

- O fim de subsídios que levam ao *dumping* de produtos baratos em mercados internacionais.
- Os governos nacionais devem usar sua influência sobre as Instituições Financeiras Internacionais e outros financiadores/fontes financeiras para que as regras comerciais sejam mais justas.

Os Acordos Comerciais injustos, incluindo os Acordos de Parceria Econômica UE – ACP, e os acordos comerciais entre EUA e Japão, devem ser terminados. Esses Acordos Comerciais geram relações econômicas injustas, que obstruem a possibilidade de desenvolvimento sustentável em países já subdesenvolvidos.

Em nome de nossa solidariedade a movimentos sociais, organizações de produtores, sindicatos, grupos religiosos e ONGs da África, do Caribe e do Pacífico, lançamos um apelo à União Européia, para que: não imponha a liberalização comercial e outras práticas comerciais semelhantes aos países da ACP; não pressione os países da ACP a assinar os APes este ano (2007); ofereçam alternativas não-recíprocas, capazes de assegurar que as exportações dos países da ACP para a UE não sejam interrompidas.

### **Auxílio**

A GCAP defende um aumento substancial na quantidade e na qualidade de auxílio e financiamento ao desenvolvimento. Os países doadores devem alcançar e superar a meta de 0,7% do PIB como um compromisso para 2015. Deve haver um auxílio maior, melhor e sem condicionalidades. As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) devem deixar de aplicar condicionalidades de política econômica a financiamentos.

### **Cancelamento de dívidas**

Onde as medidas de cancelamento de dívidas são inadequadas ou falham em propiciar a realização dos ODMs nos países pobres ou a implementação de serviços sociais básicos, apoiamos o desenvolvimento conjunto de estratégias pelos países em repúdio a todas as odiosas e ilegítimas dívidas existentes.

Os países doadores e as IFIs devem cancelar imediatamente as dívidas que obstruem o desenvolvimento dos países mais pobres. O cancelamento de dívidas e os financiamentos para refugiados e estudantes em países doadores não devem ser contados como auxílio.

O cancelamento de dívidas não deve afetar negativamente o acesso de um país ao crédito.